

LINGUAGEM JURÍDICO-JUDICIÁRIA

(Servidores – Turma 5)

25 de setembro de 2009 (sexta-feira)

LOCAL: Santa Maria - RS

PÚBLICO-ALVO:

**Diretores de Secretaria
Assistentes de Diretores de Secretaria,
Diretores Substitutos*
Secretários Especializados de Juízes de 1º Grau,
Secretários de Audiência
Assistentes de Execução**

lotados nas Varas do Trabalho de:

**Alegrete, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul,
Santana do Livramento, Santa Maria, Santiago, São Gabriel e Uruguaiana**

**Diretores, Assistentes de Diretores, Diretores Substitutos dos SDFs e
Assistentes-Chefes das CMs de:**

Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana

E servidores indicados pela Chefia lotados nas VTs, SDFs e CMs
das cidades acima mencionadas**

INSCRIÇÕES

De 18 a 21 de setembro de 2009

respondendo a este e-mail com o nome do servidor e código do SOF,
ou pelo endereço eletrônico cursosej@trt4.jus.br.

Informações gerais

Data e Horários	<p>- 25 de setembro de 2009 (sexta-feira) MANHÃ: das 9h às 12h40min TARDE: das 14h às 17h40min</p>
Ministrante	<p>Prof. Adalberto José Kaspary</p> <ul style="list-style-type: none"> - É formado em Letras Clássicas (Latim, Português e Grego) e Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); - lecionou Linguagem e Expressão em Língua Portuguesa e Língua Latina na UFRGS; - ministra cursos avulsos de Linguagem Jurídico-Judiciária para profissionais do Direito e de Técnica Legislativa para assessores do Poder Legislativo; - é professor de Linguagem Jurídica nas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais da 4ª (RS) e da 12ª (SC) Regiões, e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT (Brasília); - é supervisor técnico do <i>Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária</i> do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, do <i>Manual de Linguagem Parlamentar</i> da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e do <i>Manual de Linguagem Técnico-Parlamentar</i> da Câmara Municipal de Porto Alegre (RS); - é colaborador, em matéria de linguagem jurídico-forense, da Revista Eletrônica da Escola Judicial do TRT da 4ª Região; - foi correvisor da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e revisor da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (RS); - é autor, entre outras, das seguintes obras: <i>Português para Profissionais – Atuais e Futuros</i>; <i>Redação Oficial – Normas e Modelos</i>; <i>O Verbo na Linguagem Jurídica – Acepções e Regimes</i>; <i>Habeas Verba – Português para Juristas</i>; <i>Correspondência Empresarial</i>; e <i>Português em Exercícios – Com Soluções</i>.
Carga-Horária	08 horas-aula
Número de vagas	60
Local	Alameda Montevideo, 233 – Santa Maria
Programa Analítico	<p>Linguagem Jurídico-Judiciária (abordagem sistemática e contextual) Objetivos, características e qualidades. Terminologia jurídica: termos e expressões usuais; tecnificação (redefinição semântica) de termos da linguagem comum na linguagem jurídica. Denotação e conotação; ambiguidade/equivocidade x univocidade; limitações ao recurso da sinonímia na denominação de documentos e institutos técnico-jurídicos. O emprego de estrangeirismos (limitações: CF/88, art. 13; CPC, art. 156); os latinismos jurídicos: brocados e expressões usuais – oportunidade de emprego, forma e significado corretos. Os neologismos – requisitos para sua incorporação ao idioma nacional e seu emprego no texto jurídico-judiciário. Vícios e impropriedades recorrentes na linguagem jurídico-judiciária. Estrutura, linguagem e redação de atos jurídico-judiciários usuais (acórdão, sentença, despacho, etc.).</p> <p>Conteúdos Gramaticais e Estilísticos (abordagem sistemática e contextual) Questões gramaticais e estilísticas relevantes no texto jurídico-judiciário: Grafia de termos e expressões; abreviações de expressões e institutos jurídicos usuais (forma correta e oportunidade de emprego – CPC, art. 169, parágrafo único). Morfossintaxe e estilística do verbo: emprego dos tempos verbais na redação jurídico-judiciária; as vozes verbais – aspectos gramaticais e estilísticos; aspectos relevantes de concordância verbal e nominal; regência verbal:</p>

regência e significado; regência e crase; regência e significado de verbos usuais na linguagem jurídico-judiciária.

- A colocação dos termos na oração; aspectos funcionais de colocação pronominal.

- Emprego dos numerais e dos pronomes (demonstrativos e relativos) no texto jurídico-judiciário.

- Pontuação intra interoracional; pontuação, estrutura e ênfase; pontuações especiais: em textos normativos articulados; em enumerações (exaustiva – *numerus clausus*; exemplificativa – *numerus apertus*; e alternativa); com parênteses e com travessões; em citações e transcrições.

*** O exercício da função de Diretor Substituto deve ser certificado pelo Diretor Titular através de e-mail.**

**** Nesta condição, limitar-se-á a dois o número de servidores inscritos por Unidade Judiciária, caso o número de candidatos seja superior à quantidade de vagas.**

Observações Importantes:

1. O curso será oferecido somente para os servidores que ainda não o realizaram pela Escola Judicial. No site da EJ, está disponível a relação com o nome daqueles que já participaram do curso (link "Lista de Inscritos > Inscritos em edições de cursos anteriores);
2. **Não serão considerados os pedidos de inscrição enviados antes das 00h01min do dia 18 de setembro de 2009;**
3. Consulte sua chefia imediata antes de solicitar a inscrição, para evitar posteriores pedidos de desistência.

Escola Judicial TRT da 4ª Região

Av. Praia de Belas, 1432 – Prédio 3 - 2º andar – Porto Alegre – RS

(51) 3255.2683 e 3255.2684